

Aprovada na 778ª. sessão

ALADI/CR/Ata 777  
5 de setembro de 2001  
Hora: 10h05m às 12h55m

### ATA DA 777ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 775ª. e 776ª. sessões.
4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação.
  - Aprovação dos termos de referência sobre comércio agropecuário (ALADI/CR/dt 172).
  - Suspensão dos Seminários-Oficina previstos nas Atividades V.32 e V.33 do Orçamento por Programas da Associação para o ano 2001.
  - Decisão sobre as atividades constantes do anexo ao Documento ALADI/CR/dt 171.
5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Aperfeiçoamento do Regime Regional de Salvaguardas.
6. Relatório da Quinta Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura (ALADI/CAN/V/Relatório).
7. Apresentação do Sistema de Informação de Transporte (ALADI/SEC/di 1558).
8. Assuntos diversos.

Preside:

ELBIO ROSSELLI

Assistem: Carlos Onis Vigil, Jorge Alberto Ruiz, Ricardo Harstein, Gustavo Vivacqua e Ruben Javier Ruffi (Argentina), Willy Vargas Vacaflor e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Haroldo de Macedo Ribeiro e Otávio Brandelli (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Flavio Tarsetti Quezada e María Atonieta Jara (Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Fidel Ortega Pérez (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada e Carlos Santos Repetto (Equador), Fernando Sandoval Flores e Arturo Juárez Juárez, (México), Ruben Ramírez Lezcano, Gloria Irma Amarilla Acosta e Astrid Beatriz Salum Pires (Paraguai), Carlos Higuera Ramos, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Elbio Rosselli e José Roberto Muínelo (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith, Carlos Longa González e Magdalena Simone (Venezuela) e Igor Romanchenko (Rússia).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

---

PRESIDENTE. Bom dia, está aberta a 777ª. sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

Submeto à consideração dos Senhores Representantes a Ordem do Dia e pergunto-me se desejam fazer algum comentário ou acréscimo. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Obrigado, Presidente. Desejaríamos incluir no ponto 8, Assuntos diversos, o Relatório do Coordenador do Grupo de trabalho sobre Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Guillermo Serna Meléndez). Desejaríamos também incluir, no mesmo ponto 8, os termos de referência do Seminário de Promoção de Exportações.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tomamos nota de ambas as sugestões. Caso não existam outras observações, consideraríamos aprovada a Ordem do Dia, incorporando ao ponto 8 as sugestões do México e da Colômbia sobre o Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo e os termos de referência sobre o Seminário de Promoção de Exportações.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral para informar sobre Assuntos em pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Os Assuntos em pauta constam do documento normalmente incorporado nas pastas dos Senhores Representantes, que fazem parte da presente ata.

1. Representação Permanente da Bolívia. Nota SG/No. 56/01, de 13/VIII/2001.

Comunica que o Ministério das Relações Exteriores e Culto da Bolívia promoveu recentemente a Doutora María Elena García de Baccino, Representante Alternata junto à Associação, para o cargo de Ministra de Primeira do Serviço Exterior da República.

2. Representação Permanente do Uruguai. Nota No. 514/01, de 20/VIII/2001.

Comunica que a Licenciada Laura Dupuy foi designada para desempenhar-se na Representação como Primeira-Secretária.

3. Representação Permanente da Colômbia. Nota MPC 160, de 23/VIII/2001.

Comunica a vigência do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica No. 48, assinado pela Colômbia, Equador, Peru e Venezuela com a Argentina.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1290.

4. Representação Permanente da Colômbia. Nota MPC 161, DE 23/VIII/2001.

Comunica a vigência do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica No. 39, assinado pela Colômbia, Equador, Peru e Venezuela com o Brasil.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1291.

5. Representação Permanente de Cuba. Nota No. 036/01, de 9/VIII/2001.

Comunica que, mediante Resolução Conjunta 33/01, começam a vigorar as preferências tarifárias outorgadas por Cuba à Colômbia no ACE No. 49, que mediante Resolução Conjunta 34/01 começam a vigorar as preferências tarifárias outorgadas por Cuba ao Equador no ACE No. 46 e que, mediante Resolução Conjunta No. 34/01, começam a vigorar as preferências tarifárias outorgadas por Cuba e pelo Chile no ACE 42.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1286.

6. Representação Permanente do Chile. Nota No. 0101/01, de 31/VIII/2001.

Dentro dos resultados obtidos na recente Reunião de Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, realizada em Santiago do Chile, dias 17 e 18/VIII/2001, chama-se a atenção para as recomendações contidas no documento "A América Latina para a Sociedade da Informação: Os Desafios da Equidade, da Competitividade e do

Emprego”, já que as mesmas estão diretamente relacionadas com as atividades do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1295.

7. Relatório sobre o Programa de Ação sobre Facilitação do Transporte e do Comércio (ALADI/CR/Resolução 129) (ALADI/SEC/di 1559).

8. Relatório da Quinta Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura (ALADI/CAN/V/Relatório).

9. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação.

Argentina: US\$ 250.000.- como pagamento da contribuição para o ano 2000.

10. Sistema de Informação de Transporte (SIT) (Relatório final).

11. Documento comparativo das disposições emanadas do Convênio de Kyoto revisado e das vigentes até a data em cada um dos países-membros (ALADI/SEC/di 437).

Cabe destacar, nesta oportunidade, a nota enviada a esta Secretaria pelo Senhor Embaixador Gustavo Iruegas Evaristo, Sub-Secretário da América Latina e do Caribe, nesse momento Encarregado do Escritório das Relações Exteriores dos Estados Unidos Mexicanos, mediante a qual comunica a designação do Senhor Ministro Fernando Sandoval Flores como Representante Alternativo junto à Associação. Damos as boas-vindas a nosso querido amigo Sandoval, desejando-lhe muitos êxitos em sua gestão. Tenha a certeza de que pode contar com nossa colaboração.

Por outro lado, Senhor Presidente, cabe destacar a nota da Representação Permanente da Bolívia, mediante a qual comunica a promoção ao cargo de Ministro de Primeira do Serviço Exterior da Doutora María Elena García de Baccino. Nossos parabéns.

Igualmente, Senhor Presidente, a Representação Permanente do Uruguai comunicou a designação da Primeira-Secretária, Laura Dupuy, como Assessora dessa Representação Permanente. Ela não está presente, mas damos por seu intermédio, Presidente, as boas-vindas e lhe manifestamos nossa disposição de colaborar com ela no desempenho de suas funções nessa Representação Permanente.

Finalmente, cabe destacar, Senhor Presidente, a contribuição do Governo da República Argentina para nosso orçamento. Por intermédio da Representação, agradecemos a seu Governo esta contribuição, principalmente no momento difícil que está atravessando, mas entendemos que com essa contribuição honra seu compromisso com a Associação.

Isso é tudo, Senhor Presidente. Os demais assuntos figuram no documento já mencionado. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

3. Consideração das atas correspondentes à 775ª e 776ª sessões.

PRESIDENTE. Depois de finalizar este ponto, corresponde considerar as atas das duas sessões anteriores, isto é, a 775 e a 776. As Representações desejam fazer alguma observação?

Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Guillermo Serna Meléndez). Sim, Senhor Presidente. Temos algumas observações de forma, que serão enviadas à Secretaria.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Não havendo outras observações, aprovam-se as atas, com as observações de forma que enviará a Representação da Colômbia.

4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação.

- Aprovação dos termos de referência sobre comércio agropecuário (ALADI/CR/dt 172).
- Suspensão dos Seminários-Oficina previstos nas Atividades V.32 e V.33 do Orçamento por Programas da Associação para o ano 2001.
- Decisão sobre as atividades contidas no anexo ao documento ALADI/CR/dt 171.

PRESIDENTE. Começaremos a tratar o ponto quarto da Ordem do Dia, Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação. Tem a palavra o Embaixador Carlos Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

O Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação encomendou-me elaborar um relatório periódico ao Comitê sobre as atividades desenvolvidas nas últimas reuniões, em particular na última.

A síntese das reuniões consta no documento dt 171, que contém com a última ordem do dia, bem como os temas que ampliarei brevemente.

Com relação ao projeto de estudo sobre impacto da ALCA no setor agropecuário dos países-membros da ALADI, em um documento apresentado no mês de junho, após intensas negociações e conversações com a Secretaria-Geral, o grupo de trabalho chegou a um acordo sobre o texto, que foi analisado pormenorizadamente em várias reuniões e na última foi aprovado definitivamente, em nível do grupo, recomendando-se sua aprovação pelo Comitê de Representantes.

No ponto seguinte da Ordem do Dia constam os termos de referência que deverão ser considerados para sua aprovação.

Com relação ao tema seguinte, acordou-se também no Grupo eliminar as Atividades V.32 e V.33, referentes a atividades sobre sanidade animal e vegetal, já que o país que as apresentou considerou que atualmente esses temas estão sendo tratados e analisados em outros organismos específicos a nível regional; por

consequente, considerou-se que conviria duplicar as atividades desses organismos por parte da ALADI.

A idéia do grupo é que o estudo sobre o tema agropecuário seja financiado com os recursos deste ano, ou seja, que a economia desses dois seminários-oficina seria aplicada ao estudo sobre impacto da ALCA no setor agropecuário.

Sobre o tema integração fronteiriça, a Secretaria apresentou o documento di 1543. O grupo de trabalho considerou que nele faltavam alguns elementos para tomar alguma decisão e recomendou à Secretaria reformular os termos de referência e elaborar também um estudo complementar com a contribuição de outros organismos ou dos países-membros para enriquecê-lo.

Outrossim, no Programa de Atividades da Resolução 261 figurava a Atividade V.15, que é um seminário sobre integração fronteiriça; de acordo com a análise dos novos documentos e dos termos de referência, será estudada a possibilidade de realizá-la neste ano. Se não for assim, será incluída no Programa de Atividades do próximo ano.

Sobre o controle das atividades desenvolvidas no Programa da Associação, o grupo analisou os trabalhos dos meses de junho e julho, tomando nota de que as atividades da Secretaria concordam com o Programa de Atividades sem fazer comentários sobre esses trabalhos.

Efetou-se também uma análise das atividades permanentes, analisadas de forma trimestral, de abril a junho, e tampouco houve comentários sobre o documento apresentado pela Secretaria.

Outrossim, o grupo me encomendou informar que alguns temas do Programa de Atividades são competência do Comitê, que não foram considerados pelo mesmo e figuram em anexo ao Documento 171. Sempre me refiro à Resolução 261, à Atividade IV.2, que é análise pelo Comitê de Representantes dos Estudos 128 e 129, à Atividade IV.3, análise por parte do Comitê de Representantes das normas de política comercial, etc.; à V.38 referente à convocação de um grupo informal para analisar o Estudo 122 sobre o comércio de artesanato, que tampouco foi uma decisão do Comitê.

Por último, revisando o Documento 261, encontrei outro, que é a Atividade III.3, referente à análise pelo Comitê de Representantes, através de um grupo de trabalho que oportunamente convoque, de um projeto do Segundo Protocolo Modificativo do Acordo de Cooperação e Intercâmbio de Bens Culturais, Educacionais e Científicos.

Estes quatro pontos, que constam no programa de atividades deste ano, são responsabilidade do Comitê. O grupo constatou que ainda não foram analisados, e já venceram as datas estabelecidas, encomendando-me que informe sobre essa situação.

O ponto 5 da Ordem do Dia do Documento 171, "Evolução do processo de integração", que anualmente apresenta a Secretaria-Geral, foi debatido no Comitê e derivado ao grupo de trabalho. Houve muitos comentários sobre a metodologia, o índice que se deve incluir ou não. Acordou-se que a Secretaria apresente um projeto de novo índice sobre os temas a incluir nesse relatório com breves comentários,

justificando a inclusão de acordo com o indicado pelos países-membros, tomando como base ou guia o índice do estudo anterior, o 133.

Finalmente, o projeto do Programa de Atividades para 2002 já foi apresentado pela Secretaria, em 15 de agosto passado, e dia 6, ou seja amanhã, começaremos sua análise no grupo.

É tudo, Presidente. Se desejam fazer algum comentário ou pergunta estou à disposição dos senhores. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Onis. Ofereço a palavra às Representações para que ampliem a informação ou efetuem comentários adicionais ao relatório apresentado pelo Representante da Argentina, na sua qualidade de Coordenador do Grupo de Trabalho.

Não havendo comentários, agradeço as informações do Embaixador Onis e tomamos nota delas.

Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Estou um pouco confuso. Em primeiro lugar, agradeço ao Embaixador Onis sua excelente apresentação, que foi muito clara, mas há alguns termos de referência sobre o estudo do impacto da ALCA que devemos considerar. Se passamos a outro tema, queria perguntar se nesta sessão vamos tratar e aprovar estes termos de referência, para que este estudo avance.

Sobre o Programa de Atividades do ano 2002, estou consultando se temos o Documento 243, porque não o tenho visto. É imprescindível que amanhã nos reunamos para tratar o Documento 643? Caso seja necessário, logicamente assistiremos, mas queria manifestar que ainda não lemos o documento de forma pormenorizada para participar ativamente da reunião, mas podemos iniciar esta revisão do Programa de Atividades.

Sei que o programa deveria ter uma qualidade, não desejo utilizar o termo revolucionária, mas muito inovadora do trabalho da ALADI para o ano 2002, porque devemos levar em conta que se realizará a reunião do Conselho de Ministros. De lá surgirão algumas recomendações sobre temas novos, e creio que é muito importante ter para o ano 2002 um programa de atividades realmente muito mais comprometedor, porque o programa de este ano é bom, mas muito mais comprometedor para a ALADI nos temas de atualidade latente, no mundo da integração.

É simplesmente isso. Queria comprometer a participação de minha Representação nesses trabalhos do Programa de Atividades. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Higuera. Solicitam a palavra as Representações da Argentina e do Brasil. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Desejo esclarecer alguns pontos da intervenção do Embaixador do Peru.

O tema do Programa de Atividades foi um pedido da Coordenação. De acordo com um cronograma estabelecido em maio ou junho, a Secretaria devia apresentar, antes de 15 de agosto, um projeto de Programa de Atividades para o próximo ano, com a idéia de começar sua análise nos primeiros dias de setembro. Esse cronograma se cumpriu; ou seja, a Secretaria apresentou em tempo e forma o documento, em 15 de agosto, há aproximadamente 20 dias, mais ou menos, e nessa mesma data decidimos que a primeira reunião do grupo para começar a analisar esse documento seria dia 6 de setembro, porque nos primeiros dias havia outras reuniões. Por isso foi decidido o dia 6.

Com relação à outra preocupação do Embaixador do Peru, considero que tem razão. Os subitens do ponto 4, aprovação dos termos de referência e suspensão dos seminários, devem ser decisões do Comitê, e tenho entendido que sua aprovação e suspensão constariam nas atas. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar queria agradecer o relatório do Embaixador da Argentina que, com sua competência, coordena o Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades, e referir-me a estes dois pontos.

O primeiro é que estamos de acordo em que o Comitê aprove os termos de referência que nos apresenta o grupo de trabalho para o estudo sobre o impacto da ALCA no setor agropecuário de nossos países. Considero que o grupo fez um trabalho muito bom, e os termos de referência são muito completos e claros. Por conseguinte, estaríamos também de acordo em suspender as Atividades V.32 e V.33 do orçamento.

Querida fazer também um comentário adicional sobre a atividade que começará amanhã o Grupo de Trabalho do Programa de Atividades, isto é, a preparação do Programa de Atividades para o ano 2002 da Associação, instrumento que favorece a definição e a utilização mais racional dos recursos humanos e materiais disponíveis. Por conseguinte, considero que esse exercício que começa amanhã deveria concentrar as energias de todas nossas Representações.

Creemos que neste ano esse exercício será facilitado, de alguma forma, pelo debate que já começamos no Comitê, em nível de Chefes de Representação, sobre os temas em consideração na Associação, por mandato da Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros; de qualquer maneira, a negociação do programa – orçamento, que se efetuará no grupo de trabalho presidido pela Argentina, é o âmbito no qual devemos aterrissar essas discussões mais gerais que já começamos em nível de Chefes de Representação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Denot. Tem a palavra o Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado, Presidente. Creio que agora acompanho o Peru. Embora ele tenha esclarecido suas dúvidas, agora quem está perdido sou eu.

Não posso entender como estamos analisando o Programa de Atividades da ALADI para o próximo ano se ainda não chegamos a um acordo sobre o que vamos

fazer com a ALADI. Não entendo. Se desejam analisá-lo no grupo de trabalho, podem fazê-lo, mas creio que é perder tempo, porque estão trabalhando a cegas; não há nenhum delineamento do Comitê sobre o programa de atividades. Ontem mesmo houve uma discussão de caráter geral, na qual não ficou nada claro, e não sei como um grupo de trabalho vai começar a elaborar as atividades do próximo ano se não temos absolutamente nenhuma orientação para dar a esse grupo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Arcaya. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Obrigado, Senhor Presidente. Desejo fazer alguns comentários sobre este ponto. Acompanhamos também a aprovação dos termos de referência do Documento 172. Logicamente, estamos de acordo com a suspensão dos seminários-oficina, por proposta de uma Representação, e com a elaboração ou início dos trabalhos para o programa de atividades do próximo ano.

Gostaríamos de esclarecer que este grupo está definindo as atividades permanentes que normalmente se desenvolvem na Associação e que não requerem, como diz a Representação da Venezuela, de uma decisão do Comitê de Representantes, no que se refere ao estudo que está sendo elaborado conforme mandato do Conselho de Ministros.

Coincidimos em que não podemos avançar mais, se não temos bem definida a orientação que os doze países queremos dar à Associação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Não sei se outras Representações desejam fazer alguma observação.

Das decisões contidas no relatório do Embaixador Onis há duas que devem ser adotadas, e que me parece que há consenso para aprová-las; são aquelas que fazem referência à aprovação dos termos de referência do documento sobre comércio agropecuário e à suspensão dos seminários-oficina previstos em duas atividades.

Não tenho claro qual é o parecer da Sala quanto à decisão sobre as atividades contidas no anexo ao documento apresentado pelo Coordenador do grupo de trabalho.

Tem a palavra o Embaixador Higuera, Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Presidente, somente para manifestar que minha Representação está totalmente de acordo com os termos de referência para o estudo sobre o impacto da ALCA, como manifestou o México, e com a suspensão dos seminários-oficina, que por enquanto não são necessários.

Com relação ao programa de atividades, uma reestruturação não significa a paralisação de um organismo, simplesmente significa que vamos trocar os pneus em algum momento e o carro continuará andando. O que desejo manifestar é que se estamos estudando a capacidade da ALADI de enfrentar a integração na próxima década; o mecanismo deve continuar funcionando a todo motor; quanto melhor funcione, melhor.

Nesse caso não poderíamos, por exemplo, aprovar um orçamento anual porque estamos em etapa de reorganização e, então, tudo se paralisaria. Creio que animaria a Representação da Venezuela a que tenhamos paciência. No programa 643 e no Programa de Atividades do ano 2001 há muitas atividades necessárias para os trabalhos que estamos fazendo e, portanto, não devem paralisar-se. Creio que o Programa de Atividades para o ano 2002, certamente, merecerá a consideração e, com base nesse critério, considero que não haverá nenhum inconveniente, como estamos fazendo agora, de suspender ou acrescentar algo no programa de atividades, a fim de poder concretizar o que os Ministros decidam em dezembro ou em fevereiro.

Considero que a idéia é que um organismo que está em andamento deve continuar assim. No passado organizamos muitas coisas, a OEA, o SELA, e continuaram funcionando regulam, mal, estupendo, mas continuaram funcionando.

Minha Representação desejaria deixar muito claro o que acabo de dizer. O Programa de Atividades 2002 deve ser muito inovador com relação ao de 2001, mas devemos aprovar um programa para 2002, conforme as normas estatutárias da Associação. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Higuera. Tem a palavra o Embaixador Casanueva.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). De qualquer maneira, e entendendo o manifestado pelo Embaixador do Peru recentemente, creio que todos estamos de acordo em que devemos avançar no plano de trabalho e na elaboração do programa de atividades do próximo ano.

Nossa Representação espera, também, que esse plano de trabalho continue intensificando cada vez mais os contatos entre os atores da integração, tanto do setor público como do setor privado, e menos a atividade relacionada com estudos e relatórios, salvo que estes sejam imprescindíveis, que se elaborem na mesma linha de fazer convergir os diferentes aspectos, tão complexos, da integração.

No grupo devemos trabalhar também em conjunto com o Coordenador e com as demais Representações para enfatizar essa linha, de ir ampliando, como fizemos no ano passado, incipientemente, o eixo desde a parte de estudos e mais acadêmica para a parte de ação, de contato, de convergência de atores. Nesse sentido, creio que não há discussão e tampouco creio que meu colega da Venezuela tenha querido dizer que a Associação deve paralisar-se.

Não obstante, também é verdade, meu querido Embaixador Higuera, que o carro deve continuar avançando, mas deve saber que rumo vai tomar; e esse é o problema fundamental que temos hoje, não somente na Associação, mas também na região. Então, não desejo deixar passar a ocasião de dizê-lo claramente, como viemos reiterando, e apoiar nesse sentido a preocupação da Representação da Venezuela, quanto a que nós, creio que até o momento e apesar de tudo o que fizemos durante o ano passado e neste, em tratar de esclarecer os principais problemas e potencialidades do processo de integração, como manda a Resolução 54 (XI).

Até o presente não pudemos, como Comitê, insinuar uma proposta que aponte à medula do assunto, que é a necessidade de relançamento do processo de

integração, a partir do único organismo de maior alcance regional em matéria de integração existente, que é a ALADI, e esse debate e essa proposta ainda estão pendentes; segundo seja mais ou menos incisiva quanto ao impulso do processo de integração, deve determinar também os parâmetros para o programa de atividades. Quer dizer que não podemos paralisar-nos, mas também é verdade que continuar em uma atividade mecânica e vegetativa não nos resolverá o mandato dado pela Resolução 54 (XI) e, portanto, o mandato político do Conselho de Ministros, de avançar no processo de integração e fortalecer a Associação. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Casanueva. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado. Neste caso vou falar como Representante da Argentina e como Coordenador.

Dentro do programa de atividades, o compromisso é apresentar ao Comitê, no mês de novembro, um projeto de programa de atividades. O mesmo consta, como todos sabem, de mais ou menos doze capítulos, sendo que 60 ou 70% corresponde, muitas da Secretaria, outras, do órgão superior a nível político, dos grupos de trabalho, apoio e acompanhamento das negociações, setor empresarial. Nesta primeira etapa, nesta primeira reunião, que começará amanhã, a idéia é que os países façam uma exposição geral sobre sua apreciação do ano 2002. Se o tempo alcança, começarão a analisar os primeiros capítulos, que não são de um conteúdo diretamente relacionado, em geral, com os debates em nível de Chefes de Representação.

A idéia da Coordenação é incorporar, entre aspas, se assim consideram, ao Programa de Atividades alguns temas que já estão sendo aprovados ou desaprovados, no sentido de que entram nos prioritários ou não prioritários, para que fiquem mais ou menos estruturados e armados para determinada data.

Na medida em que o Comitê avance iremos incorporando as atividades pendentes, de acordo com as propostas da reunião de Chefes, mas com a idéia de que quanto mais avencemos, teremos o documento quase pronto para quando se reúna o Conselho de Ministros, e daí surgirão os temas definitivos para serem incorporados ao programa de atividades. Parece-me, então, que quanto mais avencemos no que é permanente e no prioritário para o próximo ano, embora seja incorporado de forma provisória, melhoraremos o trabalho e não teremos, nos últimos meses do ano, novembro, dezembro, que trabalhar sobre temas que talvez não seja o momento mais adequado para tratar.

Essa era, um pouco, a orientação do grupo ao Coordenador, para ter um prazo de dois meses como para poder elaborar um programa de atividades. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Onis. Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia, Embaixador Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Obrigado, Senhor Presidente. Desejo fazer uma consulta à Secretaria, de caráter jurídico. Antes de fazê-la, porém, desejo antecipar-lhes que a Representação da Colômbia insistirá, na reunião de hoje, na conveniência de que o programa de atividades do próximo ano tenha uma estrutura mínima, para que este possa adequar-se, como acaba de manifestar o Senhor Representante da Argentina, às modificações e reorientações

que derivem do exercício de avaliação da ALADI que estamos fazendo aqui e que somente concluirá o próximo ano com a aprovação, pelo Conselho de Ministros, da respectiva resolução.

A pergunta que desejo fazer à Secretaria é esta: é possível, do ponto de vista estatutário, aprovar esse programa mínimo que proponho e, por conseguinte, um orçamento de caráter global, para poder, uma vez aprovada a resolução pelo Conselho de Ministros, fazer a esse programa os ajustamentos necessários, em função das prioridades que forem fixadas? Porque tenho a certeza de que haverá que determinar algumas prioridades.

Como poderíamos, então, concretizar, do ponto de vista estatutário, esta aspiração? Que limitações teríamos a esse respeito, se estamos de acordo, logicamente, em que é isto o que se deve fazer?

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Sarabia. Tem a palavra o Secretário-Geral, Embaixador Rojas.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Em relação à consulta do Representante Permanente da Colômbia, devemos manifestar o seguinte: em primeiro lugar, não há nenhuma limitação quanto à forma como pode ser adotada esta decisão. O Comitê pode perfeitamente adotar uma resolução sobre o programa de trabalhos para o ano 2002 e, posteriormente, se a reunião Conselho se realiza no início do próximo ano, poderia perfeitamente incorporar as atividades mediante outra resolução, a fim de consolidar em uma única resolução todo o programa de atividades para o ano.

Já existem antecedentes. Até mesmo em matéria orçamentária foi adotada transitoriamente uma resolução do Comitê, sobre o orçamento da Associação, que posteriormente foi modificada pelo próprio Comitê de Representantes. Nessa ocasião foi autorizada uma “recondução” do orçamento vigente, por um ano, para o início do seguinte, e no mês de março desse ano foi aprovado um orçamento definitivo da Associação.

Ou seja que não haveria nenhum inconveniente em ir adaptando a resolução, com acréscimos ou com modificações, como vem acontecendo, por exemplo, hoje, que estão sendo eliminadas duas atividades do Programa da Associação e está sendo incorporada uma nova. Neste caso poderia optar-se por um caminho muito mais ágil, no sentido de que há consenso para incorporar essa atividade, e as atividades eliminadas teriam a ver, de alguma maneira, com o tema relacionado diretamente com as que estão sendo eliminadas do programa de atividades e talvez, simplesmente para eliminar o passo burocrático, não haveria que modificar o programa de atividades.

Haveria que, e aproveito a oportunidade que me dá o Presidente, a raiz desta consulta, destinar o item orçamentário correspondente, já que estamos trabalhando, mais que em um programa de trabalho por atividades, em um programa de atividades por projetos, que é o que está sendo manejado aqui conceitualmente, porque tratamos o tema de forma detalhada. E já que o custo deste estudo do impacto do comércio agropecuário sobre a ALCA supera o previsto nos dois seminários-oficina, deveríamos convocar a Comissão de Orçamento para modificar a alocação orçamentária correspondente, porque estamos pensando em uma cifra superior à prevista originalmente.

Em síntese, com relação à consulta do Embaixador da Colômbia, não há nenhuma limitação. Poderia aprovar-se um programa de trabalho prévio ou tentativa e depois seriam incorporadas outras atividades, com base nos resultados obtidos na reunião do Conselho de Ministros, depois do mês de dezembro deste ano. Isso é tudo, Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Tem a palavra o Representante da Colômbia, Embaixador Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Conhecida a posição da Secretaria, desejaria precisar um pouco o alcance de minha intervenção anterior.

Se entendi bem o manifestado pela Secretaria, o Comitê de Representantes poderia, em função das prioridades que forem estabelecidas, modificar o programa de atividades. É prova disso, como diz o senhor, é que hoje serão eliminadas algumas atividades e adotadas outras. Isso está claro. Mas, proponho adotar um programa básico reduzido, para não eliminar, uma vez aprovadas as prioridades pelo Conselho de Ministros, programas específicos já aprovados.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Sarabia. Tem a palavra o Senhor Representante da Venezuela, Embaixador Arcaya.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Considero extraordinária a proposta da Colômbia. É uma fórmula para resolver esta situação. Temos bom vento, mas não sabemos em que direção está nem como navegamos, apesar do bom vento.

Creio que isto é um projeto. Podemos começar a elaborar um programa de atividades que consideramos mínimo. São atividades indispensáveis, permanentes e devemos estar todos de acordo. A decisão final será adotada pelo Conselho de Ministros. Considero extraordinária esta fórmula. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tenho a sensação de que foi adiantada a data da reunião do Grupo de Trabalho sobre Programa de Atividades da Associação; não obstante isso, ofereço a palavra ao Embaixador do Brasil e ao Embaixador do Peru.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, coincido totalmente com o senhor. Creio que o âmbito desta discussão deveria ser o Grupo de Trabalho do Programa de Atividades.

Somente desejo fazer uma pontualização. Não sei se o projeto de programa vai ser mínimo, minimalista ou maximalista, mas sim deve ser um projeto de programa por orçamento. Não pode ser algo que diga que vamos gastar um milhão de dólares para programas relativos à integração, que depois será definido pelo Conselho de Ministros, porque isso não é sério.

Deve fazer-se, como o Coordenador do grupo de trabalho já manifestou, de maneira muito adequada; 80%, pelo menos, do Programa por Orçamento da Associação corresponde a temas permanentes. Por exemplo, pagar salários da Secretaria, luz, etc. Se vamos deixar isso também para que os ministros decidam em fevereiro, março, abril, quando for, vamos paralisar tudo em 1º de janeiro, por questão de uma discussão conceitual. Isso é o que devemos evitar. De qualquer maneira, proponho que essa discussão se faça, não a nível teórico, mas sim a nível de exame

dos pontos específicos, dos projetos aos quais correspondem os itens orçamentários definidos. Assim é como se faz um orçamento por programas, não por discussão de debate geral. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Denot. Tem a palavra o Representante do Peru, Embaixador Higuera.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Creio que estamos entrando em um jogo muito perigoso, em um debate que não estamos preparados a realizar. Faço minhas as palavras do Embaixador do Brasil. Considero-as exatas e não teria falado como ele, mas acredito que essa é a tônica. Para isso estão os grupos de trabalho; para que nossos países participem ativamente, porque algumas Representações não se manifestam nos grupos de trabalho, e é importante que todos dêem sua opinião.

Não considero que este seja o momento apropriado para que o Comitê trate a tônica que devemos imprimir a este assunto. Creio que amanhã, no grupo de trabalho, o Embaixador Onis, com sua sábia direção, saberá muito bem aquilatar o que se deve fazer e, efetivamente, devemos fortalecer a Associação. Que acontece se os ministros decidem não mudar nada? Perdemos cinco meses preciosos e não vamos poder alcançar essa velocidade, não sabemos o que decidirão os ministros em fevereiro ou quando se realize a reunião do Conselho de Ministros, se se realiza.

Acredito que amanhã o grupo de trabalho deverá começar a trabalhar, deverá tratar de não levar em conta o que escutou na sessão de hoje, porque isto é como um juízo. Devem começar de novo e os doze países deverão manifestar ativamente suas opiniões para depois submeter suas considerações e recomendações ao Comitê, e nesse momento decidiremos. Não devemos entrar em um jogo, em um debate. Passemos ao ponto 5. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Higuera. Solicitaram a palavra as Representações do Chile e da Bolívia. Tem a palavra o Representante do Chile, Embaixador Casanueva.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Queria propor, Presidente, que este debate seja encaminhado ao grupo de trabalho.

Em princípio, considero razoável e viável a proposta da Colômbia. Por que não se pode fazer, por exemplo, um programa básico, com continuidade e estabelecer uma reserva dentro do orçamento para atividades emanadas do Conselho de Ministros? Isso é perfeitamente possível, e com isso não está sendo desatendida nenhuma norma, nem nenhuma continuidade, mas proporia que este tema fosse discutido no grupo de trabalho.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Casanueva. Tem a palavra o Embaixador Vargas, Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacafior). Senhor Presidente, a melhor contribuição é solicitar que isto seja encaminhado ao grupo de trabalho, e espero que se concretize, de acordo com o calendário proposto pelo Embaixador Onis, no dia de amanhã. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Creio que, de qualquer maneira, foi útil que as Representações manifestassem suas opiniões neste Comitê sobre o trabalho que amanhã começará o grupo de trabalho. Certamente é o âmbito no qual devem ser tratados todos os detalhes, mas é positivo também que o órgão de maior hierarquia tenha escutado as reflexões dos Senhores Representantes Permanentes.

Com relação ao ponto 4 do relatório apresentado pelo Embaixador Onis, consideramos que foram aprovados os termos de referência sobre comércio agropecuário e suspensos os seminários-oficina. No que se refere às atividades que figuram no anexo do relatório do Embaixador Onis, as duas primeiras deverão ser consideradas, em seu devido momento, no Comitê de Representantes. A terceira será a convocação, através da Secretaria, do grupo informal, criado oportunamente, sobre o tema de comércio de artesanato.

Por conseguinte, toma-se nota de tudo e assim fica acordado.

5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Aperfeiçoamento do Regime Regional de Salvaguardas.

PRESIDENTE. Passamos ao ponto 5 da Ordem do Dia, relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Aperfeiçoamento do Regime Regional de Salvaguardas. Tem a palavra o Coordenador do Grupo, Fidel Ortega.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Presidente.

O Grupo de Trabalho sobre Salvaguardas reuniu-se em três ocasiões durante o presente ano e na última reunião, de 9 de agosto, fez duas encomendas à Coordenação do Grupo. A primeira era informar os Chefes de Representação sobre os temas que estão sendo analisados com vistas a dar cumprimento à Resolução 54 (XI), a situação em que se encontram os trabalhos do Grupo.

A segunda encomenda era encaminhar ao Comitê de Representantes o acordo adotado pelo Grupo, quanto ao centro ou à questão principal de atenção do mesmo, que foi criado para analisar o aperfeiçoamento do Regime Regional de Salvaguardas, promulgado na Resolução 70 deste Comitê de Representantes, mas que, paralelamente, durante os trabalhos do Grupo, foram incorporando alguns outros aspectos propostos por algumas Representações. Um foi um documento que continua na órbita do grupo de trabalho, que contém as disposições de salvaguardas globais aplicadas pelos países-membros em acordos assinados com países não membros; outro foi uma proposta de uma Representação, referente à elaboração de uma base de dados sobre medidas de salvaguardas aplicadas e os processos de investigações iniciados pelos países-membros.

O acordo adotado pelo Grupo e encomendado à Coordenação foi que o Grupo considerou que já era tempo de propor, e é a proposta que apresentamos, a elaboração de um novo documento, de uma nova resolução, um texto que reformule e atualize o Regime Regional de Salvaguardas da Resolução 70, e a proposta era encomendar ao Comitê que recomende à Secretaria-Geral a elaboração desse projeto.

Naquela reunião a Secretaria manifestou que estava em condições de apresentar um texto em três semanas, aproximadamente, dez dias. Falou em três semanas para dar mais margem, mas disse que em dez dias a Secretaria manifestou que estaria pronto. Se este Comitê decide recomendar à Secretaria a elaboração

desse texto a Coordenação, depois de um tempo prudencial de receber esse projeto de texto elaborado pela Secretaria, convocaria novamente o Grupo para começar a analisar e discutir essa nova proposta. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante Ortega, pelas informações. Pergunto às Representações se desejam fazer algum comentário.

A Secretaria me informa que, no que se refere à elaboração de um novo projeto, está em condições de elaborá-lo. As Representações desejam fazer algum comentário? Tem a palavra o Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Queria agradecer também o relatório do Representante Alternativo de Cuba, quanto à substância, do qual estamos basicamente de acordo, que o Grupo de Trabalho comece a elaborar um projeto de reformulação e atualização da Resolução 70. Já discutimos isto a nível de Chefes de Representação. É um trabalho que demandará do Grupo de Trabalho e da Secretaria uma análise técnica e uma discussão mais profunda da que até o momento se realizou, mas é um mandato que creio que o Comitê está em condições de dar ao Grupo de Trabalho.

Com sua vênua, Presidente, queria também tratar outro tema, relativo à atividade do Grupo de Trabalho, que é a questão da Coordenação do Grupo. Estamos na triste condição de constatar que o Embaixador de Cuba, lamentavelmente não vai poder continuar esta tarefa, e queria simplesmente propor que confirmemos na Coordenação do Grupo, o Representante Alternativo de Cuba, Fidel Ortega, que é por todos conhecido e certamente continuará nesta coordenação com a competência do Embaixador de Cuba.

Faço esta sugestão que é também uma forma de prestar mais uma homenagem ao Embaixador de Cuba, que nos deixou. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Denot. Tenho vários oradores que solicitaram a palavra. Começo dando a palavra ao Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Estou de acordo em que o Grupo continue seus trabalhos da forma manifestada pelo Coordenador do Grupo.

Estou totalmente de acordo em que o Representante Alternativo continue dirigindo esse Grupo pelo tempo que seja necessário até a chegada de um novo Coordenador. Apóio essa idéia. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Higuera. Tem a palavra o Representante do Uruguai, Ministro Muinel.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muinel). Obrigado, Senhor Presidente. Queremos agradecer também à distinta Representação de Cuba seu relatório, apoiar o prosseguimento dos trabalhos inerentes a uma proposta de reformulação da Resolução 70, com base em um projeto que a Secretaria elaborará e o Grupo continuará suas tarefas e a permanência da Representação de Cuba, através do Ministro Ortega, na Coordenação do mesmo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante da Colômbia, Embaixador Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Presidente, no mesmo sentido de quem me antecedeu no uso da palavra, para apoiar de forma entusiasta a permanência de Cuba como Coordenadora deste Grupo de Trabalho, particularmente na pessoa de nosso colega Fidel Ortega.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Representante da Bolívia, Embaixador Vargas.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Presidente, para manifestar nosso mais completo acordo com a proposta do Brasil. Enquanto chega o titular, estamos de acordo em que a Coordenação seja exercida pelo Representante Alternativo de Cuba. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Obrigado, Presidente. Para apoiar o relatório apresentado pelo Coordenador do Grupo, bem como a proposta de que a Representação de Cuba continue como Coordenadora deste Grupo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. No mesmo sentido, desejo agradecer o relatório e apoiar seu conteúdo, apresentado por Fidel Ortega sobre o Grupo de Trabalho de Salvaguardas e, também, a proposta do Brasil no sentido de que continue coordenando o Grupo de Trabalho. Acredito que tem as condições e a competência para levar esse Grupo a um novo acordo sobre salvaguardas.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Agradeço novamente ao Coordenador do Grupo de Trabalho. O Comitê tomou nota de seu relatório e, por conseguinte, proceder-se-á de acordo com o manifestado. Ao mesmo tempo, o Comitê acordou que a Representação de Cuba continue na Coordenação deste Grupo de Trabalho, na pessoa do Ministro Fidel Ortega.

6. Relatório da Quinta Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura (ALADI/CAN/V/Relatório).

PRESIDENTE. O seguinte ponto da Ordem do Dia corresponde ao Relatório da Quinta Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura, para o qual a Secretaria distribuiu o documento ALADI/CAN/V/Relatório. Solicito à Secretaria que faça sua apresentação.

Tem a palavra o Embaixador Moreno.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Gustavo Adolfo Moreno). Obrigado, Senhor Presidente.

Como foi anunciado na reunião de Chefes da semana passada, a Secretaria-Geral preferia esperar a apresentação do relatório e hoje apresentaríamos o Relatório

da Comissão Assessora de Nomenclatura e, depois, algumas considerações gerais sobre o tema da NALADI/SH. Tem a palavra o Senhor Néstor Linero.

SECRETARIA-GERAL (Néstor Linero). Obrigado. De 6 a 11 de agosto realizou-se, na sede da Associação, a Quinta Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura, da qual participaram onze dos doze países-membros.

Para o desenvolvimento dos trabalhos foi aprovada uma agenda que consta de seis pontos, que vamos resumir da seguinte maneira: o primeiro ponto se denominou análise e discussão sobre uma nota apresentada pelo Governo do México, relativa a uma proposta de abandonar ou eliminar a nomenclatura NALADI/SH. O México fundamenta-se na pouca ou limitada importância da NALADI/SH, no atraso na atualização dos acordos e no elevado custo de sua adequação.

Por outro lado, no desenvolvimento do debate, as demais delegações, salvo Cuba, não estiveram de acordo com estas propostas e, pelo contrário, manifestaram seu interesse por manter e atualizar a nomenclatura NALADI/SH. O fundamento destas delegações foi que é necessário, em primeiro lugar, determinar o uso real da importância do mecanismo. Em sua apreciação, o México manifestava que os desdobramentos feitos na nomenclatura atingiam 16%. Algumas delegações manifestaram que era necessário determinar o valor em comércio desse 16%.

Por outro lado, manifestaram também que muitos acordos estão negociados em termos da NALADI/SH e, por conseguinte, sua supressão acarretaria um custo muito elevado. Para esses efeitos, sugeriu-se a elaboração de um estudo que determinasse os custos e benefícios de manter a nomenclatura da Associação. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto se refere a uma incorporação à NALADI/SH da terceira emenda do Sistema Harmonizado, com base nas recomendações do Conselho de Cooperação Aduaneira do ano 99. Neste ponto foi aprovada a proposta da Secretaria, quase em sua totalidade, ou seja, todo o universo tarifário analisado, salvo em 65 subposições, onde os países-membros sugeriram criar uma nova estrutura.

Quanto ao terceiro ponto, informação sobre textos não afetados pela emenda, a Comissão Assessora de Nomenclatura dispôs adotar pela NALADI/SH, a Versão Única em Espanhol do Sistema Harmonizado, que consta do documento de trabalho 1429, enquanto que sobre a versão em português, a Delegação do Brasil informou que apresentará sua proposta antes de 15 de novembro.

No que diz respeito ao quarto ponto, análise das observações e sugestões na estrutura da NALADI/SH, apresentaram-se duas situações concretas; uma, referente às modificações ou atualizações que devem ser feitas nas notas explicativas, em particular em dois produtos do setor químico, a hexametilentetramina e a nitroguanidina. Estas mudanças de posições tarifárias mudariam da subposição 2933.90 para 2933.69 e da posição 29.25 para 29.29, respectivamente. Dentro deste mesmo ponto, foi também apresentada, com base no documento de trabalho número 3, a supressão de alguns itens, por não existir comércio dentro dos desdobramentos que manejam os países-membros em suas nomenclaturas em um período determinado. Da proposta apresentada pela Secretaria foi aprovada a grande maioria de supressões que figuravam nesse documento.

O ponto cinco da agenda se refere à adoção de recomendações do Conselho de Cooperação Aduaneira da OMA, relativas a três elementos fundamentais: armas químicas, substâncias que enfraquecem a camada de ozônio e artesanato.

Com relação ao primeiro, armas químicas, foi adotada totalmente a sugestão da recomendação elaborada pela OMA, onde praticamente se desdobram 94 itens tarifários. Quanto às substâncias de debilitam a camada de ozônio, também foi aprovada a incorporação da sugestão da OMA. Estamos falando de 9 itens tarifários; no que se refere a artesanato, os países-membros manifestaram ter dificuldade para determinar a definição do que se considera artesanato. Argumentaram, também, a existência de diferentes normas de caráter nacional que não permitem identificar as mercadorias como tais e algumas experiências negativas de caráter técnico que alguns países apresentam para determinar uma definição.

Por último, em outros assuntos foram recolhidas três situações particulares apresentadas pela Representação do Chile e pelas Representações do Uruguai e da Argentina. No caso do Chile, refere-se a alguns erros de caráter tipográfico, encontrados na versão em espanhol do Sistema Harmonizado, que foi analisada em outubro do ano 2000. A Secretaria registrou estes erros, que serão solucionados através de sua consideração por parte do Convênio Multilateral de Cooperação, Assistência e Ajuda Mútua de Diretores de Alfândega da América Latina, Espanha e Portugal, entidade encarregada de levar à prática este tipo de modificações.

Por outro lado, o Uruguai e a Argentina apresentaram algumas modificações à Versão Única em Espanhol, produto de alguns trabalhos feitos a nível do MERCOSUL que foram, em grande parte, recolhidas e aceitas pelos países participantes desta reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura. Ao mesmo tempo, aquelas que não foram aceitas também serão levadas ao conhecimento da Secretaria do Convênio. A mencionada atividade foi realizada recentemente mediante uma nota da Secretaria-Geral da Associação, enviada à Secretaria do Convênio de Diretores de Alfândegas da América Latina, Espanha e Portugal, através da Representação do México, em 3 de setembro, a fim de serem consideradas em uma errata que será publicada, onde figura este tipo de modificações.

Isto é, em essência, Senhor Presidente, o que consta no Relatório da Comissão Assessora de Nomenclatura, realizada de 6 a 11 de agosto deste ano, na Sede da Secretaria. Muito obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Gustavo Adolfo Moreno). Se me permite, Presidente, a Secretaria-Geral tinha algumas considerações sobre o tema da NALADI/SH em geral, no sentido de lembrar que para a Resolução 107 do Comitê de Representantes do ano 89, como os senhores sabem, é adotada a Nomenclatura da Associação, NADLI/SH, baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação das Mercadorias.

Portanto, a NALADI/SH é o resultado da conversão ao Sistema Harmonizado da NALADI, que estava baseada na Nomenclatura do Conselho de Cooperação Aduaneira. É por isso que a NALADI/SH está estruturada a nível de 8 dígitos, dos quais os primeiros 6 pertencem ao Sistema Harmonizado e os 7 e 8 constituem desdobramentos próprios.

Queremos recordar que com relação à NALADI/SH a Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros, em seu Artigo 2, letra b), que com relação à NALADI/SH, fala

de procurar a adoção de uma nomenclatura básica comum entre os países e blocos que assim o requeiram.

Queríamos manifestar também a utilidade e a importância que para a Secretaria tem a NALADI/SH, sempre que sejam cumpridos seus próprios objetivos. E nesse sentido queríamos recordar novamente a Resolução 107 do Comitê de Representantes, pela qual se adota a NALADI/SH. Em seu Artigo 1º tem dois temas fundamentais, adotar a NALADI/SH como base comum para as negociações e para o fornecimento de estatísticas.

Outrossim, informamos que a NALADI/SH, como base comum para a realização das negociações previstas no Tratado de Montevideu 1980, foi perdendo sua função. Muitos acordos de nova geração que postulam a criação de uma zona de livre comércio foram negociados em tarifas nacionais ou diferentes da NALADI/SH da Associação.

Desde a NALADI/SH 96, a última atualização da NALADI/SH da Associação, salvo exceções, foram assinados acordos com tarifas nacionais ou utilizando a NALADI/SH 93. Desejo lembrar, também, Senhor Presidente, a Resolução 65 do Comitê de Representantes, na qual consta o Manual de Instruções para o Fornecimento de Dados de Comércio Exterior, que os países-membros devem enviar à Secretaria-Geral.

Nesse sentido, as estatísticas de comércio exterior da NALADI/SH, discriminam em negociados e não negociados, como no resto do mundo, em tarifas nacionais por parte dos países. Na prática, lamentavelmente, isto não acontece. E no caso da discriminação de negociados e não negociados desde o ano 93, a Secretaria-Geral vem considerando como comércio negociado aqueles casos de países que não discriminam quando enviam a informação, com o inconveniente que isso acarreta e com a parte de erros de informação que isso pode produzir.

Quanto ao tema da conversão dos acordos assinados ao amparo do Tratado de Montevideu à NALADI/SH 96, solicitado por alguns países na última reunião de Chefes, a Secretaria-Geral está apresentando hoje o documento SEC/di 1261/Rev. 2, sobre o estado em que se encontra a conversão dos acordos assinados ao amparo do Tratado de Montevideu 1980.

Portanto, Senhor Presidente, e para finalizar a intervenção da Secretaria-Geral, em caso de que os países coincidam com esta, e tendo em vista a complexidade do tema, a Secretaria considera de grande utilidade a criação de um grupo de trabalho para tratar em profundidade este tema e para, a nível político, determinar os passos a seguir. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço ao Embaixador Moreno e à Secretaria estas informações. Tem a palavra o Representante do Uruguai, Ministro Muínelo.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, desejo agradecer a informação da Secretaria em suas duas etapas, para lembrar um pouco o que aconteceu durante esta reunião e para apoiar a proposta da Secretaria de criar um grupo de trabalho.

Não devemos esquecer que esse grupo de trabalho deveria levar em consideração dois elementos, fora do ponto de vista técnico, que são os

compromissos adotados quanto ao custo-benefício, que deveria ser feito a nível da Secretaria ou dos países, e o custo-benefício, que a distinta Representação do México ia fornecer nesta matéria, que serão elementos fundamentais para adotar uma decisão nesta matéria. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Obrigado, Presidente. Desejo manifestar nosso apoio e agradecimento pelo relatório apresentado pela Secretaria-Geral.

Coincidimos com suas conclusões, destacando duas em particular. Uma, que tem a ver com a continuação dos trabalhos da atualização da NALADI/SH 96, e outra, sobre a necessidade de aprofundar na análise da conveniência de substituir a NALADI/SH pelo Sistema Harmonizado, que todos adotamos a nível multilateral.

Finalmente, consideramos também conveniente criar um grupo de trabalho, no qual se possa discutir com maior detalhe estas propostas. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante do Peru, Embaixador Higuera.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Vou ser breve, Senhor Presidente. Este é um tema altamente técnico, compreendido em sua profundidade por poucos. Pelo menos eu não conheço o tema em profundidade. Por isso consideramos que neste relatório, muito rico em seu conteúdo, a atuação de todas as delegações foi muito ativa, muito rica em conceitos sobre o que é bom, regular e o que não procede. Meu país esteve representado por um funcionário de alfândegas e por isso compartilha das conclusões desta quinta reunião.

Sempre apoiamos a criação dos grupos de trabalho que realizem um trabalho positivo e ativo. Neste caso consideramos que para criar o grupo de trabalho devem ser estabelecidos os termos de referência deste Grupo, seu mandato antes de aprová-lo no Comitê. Portanto, faço um pedido formal para que a Secretaria nos apresente, na próxima sessão, alguns termos de referência para saber o que vai fazer este Grupo sobre nomenclatura e para que o objetivo principal seja aprofundar em todos os temas que ficaram pendentes neste relatório. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Higuera. Tem a palavra o Representante do Brasil, Embaixador Denot.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, não entendo a razão para criar um grupo de trabalho do Comitê sobre o tema de nomenclatura, quando há uma Comissão Assessora de Nomenclatura, criada pelo Comitê de Representantes em uma resolução específica, a Resolução 108, citada aqui no Relatório da V Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura, que considero o órgão técnico apropriado para continuar discutindo este tema.

Se o México deseja insistir em sua proposta, deve apresentar estudos mais profundos que me parece, inclusive, foram solicitados durante a reunião da Comissão Assessora, mas como estamos nesta situação, a proposta do México não foi apoiada pela maioria dos países-membros. Não tenho nada em contra de que se continue

discutindo, mas no âmbito que já existe, que é a Comissão Assessora de Nomenclatura.

Esse é um tema, como manifestou o Embaixador do Peru, altamente técnico. Não temos, pelo menos na Delegação do Brasil aqui, em Montevideu, pessoal permanente que possa, a qualquer momento, assistir a um grupo de trabalho desta natureza e não vejo por que criar outro órgão assessor do Comitê, quando já existe, que é a Comissão Assessora de Nomenclatura. Então, considero que devemos refletir um pouco mais sobre esta proposta e devemos justificá-la de alguma maneira, mais fundamentadamente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Denot. Tem a palavra o Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

No mesmo sentido que o Brasil. Considero que o mais sensato é que se continue reunindo a Comissão Assessora, que estude em profundidade os temas que considere necessários, com base nos documentos apresentados pelas Representações que estão a favor de abandonar a NALADI/SH e os documentos que elabore a Secretaria a favor de mantê-la, que é, de acordo com o relatório, o manifestado por dez países.

Uma vez elaborados esses estudos, trabalhos ou relatórios, a Comissão de Nomenclatura deverá reunir-se cada vez que for necessário para elevar uma proposta determinada no sentido de manter, eliminar, acrescentar o que for necessário, a fim de que os países negociem os acordos em tarifas nacionais.

Existe também o problema de transposição. Não informam adequadamente sobre o comércio negociado e não negociado, e constitui para nós um problema sério, porque temos uma associação de integração na qual não podemos fazer a análise de comércio porque não sabemos que efeitos têm as preferências. Considero que este é um ponto muito importante e por isso a Representação argentina propôs incluí-lo na Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros, mas considero que se há um grupo específico, este seria o mais indicado para analisar este tema e não duplicar reuniões. Temos outros temas nos quais também queremos aprofundar e penso que o único que vamos fazer, se criamos um grupo de trabalho com funcionários das Representações, é repetir o que nossos técnicos manifestaram na Comissão Assessora de Nomenclatura.

Por isso pensamos que o mais adequado seria intensificar, convocar novamente a Comissão Assessora, dar-lhe um mandato muito claro no sentido do que deve fazer e depois informar o Comitê de Representantes e não criar um novo grupo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Onis. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Desejaríamos que primeiro fizesse sua intervenção a Secretaria-Geral.

PRESIDENTE. Considerarei que tinha preferência um país-membro sobre a Secretaria-Geral. Isso é o que corresponde.

Representação do MÉXICO (Fernando Sandoval Flores). Esta Representação agradece esta consideração, mas desejaria escutar primeiro a Secretaria-Geral. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Desejo esclarecer um pouco este tema do Grupo de Trabalho.

Neste grupo proposto pelo Secretário-Geral Adjunto, Moreno, não se trata de discutir os temas que têm a ver com a estrutura da nomenclatura. Não podemos, evidentemente, pedir isso às Representações. Tampouco o Secretário-Geral vai encarregar-se disso, porque considera correta a estrutura.

O problema radica em que estamos tendo muitas dificuldades com o uso da nomenclatura. As dificuldades se referem, em primeiro lugar, ao tema da adequação dos acordos. Normalmente, os países estão negociando com tarifas nacionais; assim se registram os acordos. Posteriormente vem este processo de reconversão total de todos estes acordos para a expressão em uma nomenclatura que não está sendo usada. Existem razões que explicam o porquê do não uso dessa nomenclatura. Essas razões tem a ver com um tema de atualização do instrumento. Pode ser um instrumento que, do ponto de vista conceitual da nomenclatura tarifária, seja perfeito, mas não responde exatamente à realidade do que está acontecendo em matéria produtiva e comercial, e mesmo tecnológica, dos países-membros da Associação.

Existe também por uma razão pragmática. Quando se produz a nacionalização de uma mercadoria, evidentemente os países utilizam sua nomenclatura nacional e não a adotada no âmbito da Associação. Então, ocorre uma segunda defasagem. Por conseguinte, o registro da importação e exportação da operação se efetua, logicamente, em tarifa nacional, o qual evidentemente se reflete no tema da captação, posterior fornecimento e processamento da informação que incorporamos a nosso Sistema de Informação, em matéria de estatísticas de comércio exterior.

Dado que não existe uma correlação unívoca entre a nomenclatura tarifária nacional e a nomenclatura tarifária da Associação, muitas vezes é necessário fazer destinações estatísticas nas quais provavelmente se esteja introduzindo uma margem importante de erro em matéria de registro de comércio exterior.

Por outro lado, em matéria de adequação dos acordos, isto nos está significando orientar um conjunto de recursos que bem poderiam ser utilizados em outro tipo de tarefas para orientá-los a uma adequação dos acordos, de maneira que utilizamos esses recursos, os acordos adaptam-se à NALADI/SH, esses acordos de NALADI/SH voltam novamente aos países signatários e são devolvidos à Secretaria. Como não é um trabalho biunívoco, leva muito tempo o registro em uma mesma nomenclatura de um mesmo acordo.

Estamos manifestando a necessidade de introduzir algumas mudanças na administração da nomenclatura. Não se trata de abandonar a nomenclatura da Associação. Consideramos importante discutir a forma de administrar essa nomenclatura e, eventualmente, que surjam orientações para a Comissão Assessora de Nomenclatura, para que, em algum momento, efetivamente esta nomenclatura adquira o caminho de um uso comum por parte dos países-membros. Em síntese, acreditamos que é necessário cumprir o disposto na Resolução 107, quanto ao

registro dos acordos e à declaração das estatísticas por parte dos países-membros, que leve a usar cada vez mais a nomenclatura da Associação.

Temos algumas opções. Temos pensado em alternativas que facilitem este trabalho, tanto aos países-membros como à Secretaria-Geral. Repito que não se trata nem se pretende abandonar a nomenclatura regional; pelo contrário, queremos tentar, pelo lado positivo, dar, primeiro, um maior conteúdo de realismo; segundo, um maior uso a esta nomenclatura e que, evidentemente, as repercussões que tenha, tanto em matéria da operacionalidade do comércio exterior como no uso das estatísticas, seja cada vez mais racional e facilite o trabalho que devemos realizar, tanto nos países-membros como na Secretaria-Geral.

Por isso consideramos importante chamar a atenção para esta situação e solicitar ao Comitê de Representantes que se constitua um grupo de trabalho para atender esta situação que nos está causando dificuldades quanto ao manejo da nomenclatura regional. Isso é, Presidente, o que queria manifestar nesta ocasião. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço à Secretaria-Geral seus comentários. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Muito obrigado, Senhor Presidente. Na realidade, não queríamos apresentar uma discussão técnica do tema, porque, como manifestaram outras Representações, é um tema muito técnico que também escapa, pelo menos, a meus conhecimentos.

O que queremos indicar e recolher, como dissemos em nossa primeira intervenção, é o que indica o relatório, que é, precisamente, encomendar à Secretaria-Geral a elaboração desse estudo, que aprofunde a análise de custo-benefício de substituir a NALADI/SH atual. Os custos disto, como manifestou a Secretaria-Geral, são parte do problema de administração da nomenclatura atual e, evidentemente, talvez uma das soluções seja tratar a proposta mexicana. Consideramos que o tema deve ser aprofundado. Devemos ter mais elementos sobre este tema, sobre esta proposta, para que o Comitê de Representantes adote a decisão que considere mais oportuna.

Por isso apoiamos a proposta da Secretaria-Geral de criar um grupo de trabalho, para não realizar discussões técnicas sobre aberturas da nomenclatura, sobre manejos técnicos do tema, porque não temos a capacidade técnica para fazê-lo, mas sim para tratar todos estes temas de caráter administrativo e, inclusive, para poder resolver todas as limitações e problemas que surgem do manejo da nomenclatura da Associação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do México. Tem a palavra, em primeiro lugar, a Representação do Uruguai e depois a da Argentina.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Senhor Presidente. Nossa Representação não deseja entrar muito neste tema, porque ele tem uma conotação muito técnica, mas também uma conotação política, à luz do que consta no relatório e das discussões das quais participou também nossa Representação. Somente desejo recordar algo.

Há muito tempo se vem falando, no âmbito desta Instituição, sobre a nomenclatura. Gastou-se uma cifra muito importante em fazer um projeto de nomenclatura, titulado Básica Comum, e nossa Representação foi uma das que apoiou ferventemente esse projeto, financiado pelo BID ou pela OEA, com uma quantia bastante importante e, pelo menos nós, não fomos informados das respostas dos países sobre esse projeto. Essa nomenclatura tinha, como fatores ponderáveis, aqueles relacionados com uma análise de correntes de comércio, que estava voltado para o desenvolvimento da nomenclatura, e também tinha uma análise de processos produtivos. Embora não seja uma nomenclatura que tenha tarifas, tinham sido analisadas algumas cadeias de produção.

Lamentavelmente isso ficou pelo caminho. Tínhamos a responsabilidade de retomar o que seria a verdadeira atualização da NALADI/SH, e entendemos que este grupo de trabalho, de nenhuma maneira teria que tratar fatores técnicos, emergentes da própria Comissão de Nomenclatura, mas fazer uma análise política desta situação. Para isso, Senhor Presidente, estamos de acordo também com o manifestado pela Representação do Peru, em que seja criado não somente um grupo de trabalho, mas que sejam fornecidos alguns termos de referência a fim de determinar exatamente quais serão os temas a desenvolver, e de nenhuma maneira entrar em aspectos de desenvolvimento técnico da mesma. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Ministro Muinel. Tem a palavra o Representante da Argentina, Embaixador Onis.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Depois de escutar a intervenção da Secretaria-Geral, especificando as dificuldades já conhecidas que enfrenta, e muito bem refletidas no Relatório da Comissão de Nomenclatura, desejo reiterar um pouco a metodologia que para nós é a mais apropriada.

A Associação tem um organismo técnico, e a Secretaria, segundo manifestou o Secretário-Geral, enfrenta dificuldades e tem algumas propostas ou idéias para melhorar a administração deste problema. Consideramos que o tema nomenclatura é essencial em um processo de integração. Vivemos negociando preferências e depois não podemos analisar o efeito das preferências porque a informação que fornecem os países é incompleta, no sentido de que se negocia em tarifa nacional e não se discrimina entre comércio negociado e não negociado.

Então, temos preferências e podemos perguntar se tiveram efeito essas preferências. A Secretaria estima mais ou menos se tiveram efeito ou não. Consideramos que é um tema central de qualquer processo de integração, embora não seja a nível de zona de livre comércio. Não falo de mercado comum; ou seja, um acordo de complementação econômica deveria ter muito claros os efeitos das preferências no comércio dos países-membros desse acordo. Creio que isso é essencial.

Como procedimento, pensamos que há um organismo técnico específico. Consideramos que o tema é muito importante para a Associação e para os países-membros. Então, cremos que o Comitê de Representantes deve elaborar um mandato com base em uma proposta da Secretaria, sobre como melhorar a administração ou manifestar suas idéias. Com esse mandato aprovado pelo Comitê, convoca-se a Comissão Assessora para reunir-se as vezes que sejam necessárias durante este ano e no próximo. A Comissão debate todos os problemas, que são

basicamente de nível técnico, porque aqui se faz uma diferença entre político e técnico. Não se pode discutir os temas políticos se não se conhece os técnicos. Como vou discutir a nível político o que é melhor ou pior se não conheço os efeitos especificamente técnicos de uma medida? Vou falar de generalidades, e para aprofundar sobre a vantagens ou desvantagens de adotar uma decisão ou outra devo conhecer em profundidade o aspecto técnico.

Creio que a Comissão Assessora deve reunir-se as vezes que seja necessário, incluir tudo isto no Programa de Atividades do próximo ano e, uma vez estabelecida sua posição, alcance resultados, elaborar uma proposta para o Comitê. Com base nessa proposta, nós intervimos e dizemos se estamos de acordo ou não, mas a proposta deve surgir dos peritos e dos técnicos, através de um mandato do Comitê, que dê espaço ou os objetivos ou o que deve discutir, destacando a importância de que uma nomenclatura da Associação funcione de maneira eficiente e permita fazer análises atualizadas dos fluxos de comércio, através do sistema de preferências. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Onis. Tem a palavra o Senhor Representante de Cuba.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Presidente.

Evidentemente, como manifestaram todas as Representações que falaram sobre este tema, existem dois aspectos, pelo menos, visíveis importantes: um, técnico, e outro, político e administrativo. Todos estamos de acordo em que um grupo de trabalho não poderia enfrentar o aspecto técnico e estamos de acordo em que existe uma Comissão Assessora, que muito bem pode cumprir essas funções.

Se não me engano, quando analisamos o tema nas reuniões de Chefes de Representação, como muitos outros temas, manifestamos que era um tema importante, mas estivemos de acordo em que havia um âmbito adequado de tratamento do tema, que era a Comissão Assessora de Nomenclatura. Creio que agora que estamos tratando o programa de atividades para o próximo ano, poderíamos apoiar fortemente esta atividade no âmbito da Associação, e como estamos reduzindo e eliminando alguns temas, considero que, embora a periodicidade das reuniões da Comissão Assessora de Nomenclatura não tenha sido muito elevada, poderíamos dar-lhe impulso e, se for necessário, destinar alguns recursos para que essa Comissão se reúna as vezes que for necessário.

Deveríamos dar tempo à Secretaria-Geral para elaborar o documento solicitado na reunião de nomenclatura passada sobre os custos e benefícios, tratar mais pormenorizadamente o tema. Consideramos que deve haver um âmbito diferente do Comitê de Representantes para tratar o aspecto político do tema e considerar, em uma segunda oportunidade, a criação de um grupo de trabalho. Cuba não está em contra da criação de nenhum órgão auxiliar para o trabalho do Comitê. Mas, evidentemente, aprovamos há muito pouco tempo uma resolução para a criação dos grupos de trabalho, e há opiniões muito respeitadas de alguns países que não consideram que este seja o momento de aprovar a criação desse grupo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. Tem a palavra o Representante do Peru, Embaixador Higuera.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Somente para dizer que a criação de um grupo de trabalho não produz despesas orçamentárias, senão desgastes cerebrais, porque os documentos deverão ser estudados um pouco mais.

As razões dadas pelo Secretário-Geral são muito importantes como para pensar na criação desse grupo. Minha Representação não vai fazer questão de Estado, mas várias Representações já estão apoiando a criação desse grupo de trabalho e há outras que manifestam que esse tema deve ser tratado na Comissão Assessora, que não é fácil reunir, porque dá muito trabalho, tem muitos compromissos. Não imaginam os e-mail enviamos a nossa Representação para que viesse uma representante peruana que tinha 28 compromissos, e creio que não é fácil reunir um grupo assim para que trabalhe ativamente. Minha proposta seria deixar o tema neste momento e que a Secretaria nos apresente, na próxima sessão, termos de referência desse grupo a fim de tomar uma decisão. Os que estão duvidando sobre a criação deste grupo, se lêem os termos de referência, que imagino conterão algo do que nos manifestou o Secretário-Geral, convencer-se-ão de que seria importante fazê-lo e dar um prazo que, inclusive, pode ser curto, para que não fique um grupo de trabalho fluando.

À margem disto, queria acrescentar o seguinte. No anexo II do Relatório, creio que não aparece este projeto sobre nomenclatura básica comum. Roberto Muinel diz que o BID contribuiu financeiramente para este trabalho. Penso que os Representantes devem conhecê-lo porque foi distribuído há três anos. Mas, teria sido interessante que constasse como bibliografia das Representações.

Por outro lado, recomendaria que em todas estas reuniões os Representantes tivessem sempre em seu poder a Resolução 54 (XI), enquanto tenha a ver com o tema que estão trabalhando, porque tampouco está no Anexo II como um documento informativo para que os Ministros tratem o tema da nomenclatura aduaneira. Considero que a Resolução 54 (XI) deve ser o documento essencial. O Secretário-Geral Adjunto mencionou que na Resolução figura este tema, e seria conveniente que os Delegados a tivessem. Logicamente, as Representações podem facilitar-lhes a Resolução 54 (XI), mas deve estar sempre na documentação que lhes seja entregue. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Higuera. Tem a palavra o Representante do Brasil, Embaixador Denot.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Presidente. Proporia dois tipos de ações. Um, sobre o estudo proposto pelo México na Comissão Assessora, que consta na página 5 de seu relatório. Isto é, a realização de uma avaliação mais profunda quanto ao custo-benefício de manter a NALADI/SH.

Considero que este estudo, depois dessa discussão, de várias intervenções da Secretaria, deveria ser ampliado, deveria ser não somente um estudo sobre custo-benefício de manutenção da NALADI/SH, senão incluir também todos os aspectos e as dificuldades que enfrenta a Secretaria, do ponto de vista da administração da NALADI/SH, como temos agora.

Seria um estudo mais amplo da Secretaria, mas que incluísse, logicamente, a questão de custo-benefício de manutenção ou não, como propôs o México. Este estudo nos daria uma base para consultar, para que as administrações das capitais pudessem ter uma base mais sólida para fazer uma avaliação das nossas

dificuldades. Neste aspecto a Secretaria tem razão, temos estas dificuldades de transposição, de adequação das negociações feitas para a NALADI/SH. Todos nós somos responsáveis. Não conseguimos acelerar este tipo de trabalho técnico e devemos assumir uma atitude a esse respeito. A Secretaria nos daria os termos de referência para esse estudo e nós, pelo menos a Delegação do Brasil, consultaríamos com nossa capital para ver se esse estudo atende as expectativas, e autorizaríamos no âmbito do Programa de Atividades para 2002 ou imediatamente faríamos uma emenda ao Programa de Atividades para o ano 2001, para que a Secretaria elaborasse esse estudo.

Por outro lado, como sugeriu Cuba, podemos dar instruções ao Grupo de Trabalho do Programa de Atividades para 2002 que contemple este tema de nomenclatura sob esta ótica, acelerando, se for o caso, ou prevendo reuniões mais frequentes da Comissão Assessora de Nomenclatura. Creio que essas duas ações seriam aceitas por todos e manteriam e acelerariam as ações sobre o tema, no âmbito da Associação. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Delegação do Brasil, particularmente por esta última intervenção.

Estávamos pensando precisamente, enquanto se discutia, que creio que aqui há, como dizia o Embaixador Denot, uma série de ações que devem ser realizadas com determinada seqüência. A primeira seria receber da Secretaria-Geral um documento de trabalho no qual se cumprisse o solicitado na V Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura e, ao mesmo tempo, que incorporasse estes elementos, quanto às dificuldades operacionais que enfrenta a Secretaria, que não somente deveria limitar-se a narrar as dificuldades, mas provavelmente a dar sugestões e propostas de natureza operacional.

Depois de receber este documento da Secretaria e ser distribuído às Representações, provavelmente poderia derivar uma nova discussão, tanto a nível do Comitê como de Chefes de Representação, quanto aos seguintes passos, mas, obviamente, isso visaria a prever no Programa de Atividades a realização de reuniões. Abstenho-me, neste momento, de falar de se se realizariam convocações da Comissão Assessora porque, como estivemos comentando, a última reunião realizou-se há três anos. Isto demonstra que há algumas dificuldades para sua convocação. Poderia estabelecer-se dentro da Comissão Assessora um grupo de trabalho para este tema específico. Talvez isso facilitaria a participação de diferentes países ou, eventualmente, se o documento da Secretaria facilitou o nível dos debates, considerar, eventualmente, a criação de um grupo de trabalho do Comitê de Representantes.

Tenho a impressão de que, em primeiro lugar, deveríamos dispor, no prazo mais breve possível, deste documento de trabalho da Secretaria, para enviá-lo às Representações e submetê-lo à consideração do Comitê ou de Chefes de Representação, e a partir daí buscar as modalidades operacionais imediatas. Não sei se o que sugere a Mesa pode ser um primeiro passo para ir avançando sobre o tema. Considero que assim fica acordado.

7. Apresentação do Sistema de Informação de Transporte (ALADI/SEC/di 1558).

PRESIDENTE. Passando ao próximo tema da ordem do dia, correspondente à apresentação do Sistema de Informação de Transporte, solicito que seja distribuído o

Documento ALADI/SEC/di 1558. Tem a palavra a Secretaria-Geral para apresentar este documento.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Prévio à apresentação do programa queria referir-me, brevemente, a que este é um esforço realizado com o apoio permanente do Fundo Pérez Guerrero, constituído no âmbito do Grupo dos 77.

A intenção deste programa de trabalho tem como usuário direto, não somente os Governos dos países-membros, vinculados com este tema, mas especialmente o setor privado, que é o usuário direto destes sistemas de transporte, e isto é uma continuação ou um subproduto que estamos obtendo do diagnóstico que fizemos e apresentamos para a consideração dos Ministros de Transporte da América do Sul.

Desejo chamar a atenção no sentido de que este sistema inclui os doze países-membros. Neste caso, o trabalho se ampliou e, inclusive, em cumprimento do próprio Programa de Atividades, está sendo desenvolvido o diagnóstico ao qual fazia referência, ampliando-o à participação do México e Cuba, que eram os dois únicos países que, originalmente, tinham ficado fora desse diagnóstico, já que o trabalho original incluía somente os países da América do Sul, países-membros, ao mesmo tempo, da Conferência de Ministros de Transporte e Obras Públicas, sendo a Secretaria-Geral sua Secretaria-Técnica.

Por conseguinte, estamos ampliando esse trabalho, e neste sistema incluímos a participação de Cuba e do México, como países-membros da Associação, porque é um sistema de informação para os países-membros.

Na apresentação da Engenheira Gloria Folle, com o apoio do Doutor Héctor Maldonado, nosso assessor nesta matéria, observarão que este trabalho implica uma obrigação para a Secretaria-Geral, mas também compromete necessariamente a ativa participação das Representações para poder manter atualizado este sistema e em permanente aperfeiçoamento, na medida de seu uso. Com sua anuência, Senhor Presidente, vou dar a palavra à Engenheira Folle para que faça a apresentação do sistema correspondente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Tem a palavra a Engenheira Folle.

SECRETARIA-GERAL (Gloria Folle). Obrigada. Desejo repassar o manifestado pelo Secretário-Geral sobre o importante que foi para nós que o Fundo Pérez Guerrero e a ALADI financiassem o projeto SIT. Graças a eles avançamos no desenvolvimento do protótipo que lhes mostrarei, que, como poderão observar, é perfectível e pode abranger outros módulos ou outras informações complementares às que hoje o SIT pode manejar.

Entre os objetivos estava fornecer aos Governos um panorama do transporte e sua infra-estrutura na região que servisse de apoio na elaboração de políticas e normas setoriais e na tomada de decisões em matéria de identificação, adoção e financiamento de projetos para o desenvolvimento do setor.

Outro objetivo era contribuir para que os operadores que fornecem seus serviços na cadeia de distribuição física internacional do comércio regional adotassem as providências necessárias para otimizar seus serviços e o uso da infra-estrutura disponível. Outrossim, pôr à disposição dos usuários de internet uma ferramenta que

permita consultar a informação vinculada com o tema do transporte e estabelecer um sistema de captação, validação, armazenamento e consulta de informação básica sobre serviços de transporte na região, que abrangesse as necessidades dos agentes envolvidos.

Outro objetivo era receber e intercambiar informações e experiências com outras fontes ou sistemas de informação existentes, públicos ou privados, dentro e fora da região, vinculados com o tema do transporte, a fim de investigar com eles a possibilidade de celebrar acordos favoráveis para eles e para nós.

Grande parte deste material que estou expondo agora está incluído no documento SEC/di 1558, distribuído oportunamente às Representações, mas está de forma mais compacta, mais concisa, e faremos a apresentação do sistema.

Como considerações iniciais ao desenvolvimento do projeto, foi levado em conta dotar o sistema da maior flexibilidade possível para minimizar o impacto que uma mudança posterior poderia requerer ou provocar e, ao mesmo tempo, com um adequado grau de complementaridade. Decidiu-se trabalhar com um menu simples, com opções de consultas que fossem de fácil uso e de interpretação não ambígua para um público não especializado em informática. Pensou-se também em satisfazer, desde uma perspectiva diferente, complementar ao comércio de bens, que é nosso ponto forte, na Associação, a atual demanda de informação na região em matéria de transporte.

Decidiu-se que a estrutura operacional estivesse formada por duas bases de dados, uma operacional, auxiliar, temporária, com informação que está sendo ingressada ou aquela que não tem aprovada sua incorporação à base de dados de consulta. A idéia é fazê-lo de forma distribuída, ou seja, que em cada país exista um representante nacional que se responsabilize pela carga de dados e pela verificação dos já ingressados.

A outra base de dados seria a de consulta através de internet, que contém toda a informação ingressada na base de dados operacional e posteriormente validada, isto é, que recebeu a aprovação para sua publicação em internet.

A idéia é, justamente, que o ingresso, como dizia, seja de forma descentralizada e que cada país seja responsável pelo conteúdo de sua informação, mas aqui, na ALADI, seria centralizada a validação dessa informação. A informação não fica registrada na internet no momento em que ingressa. Passa por um processo de validação e existiria um setor que teria o *know-how* necessário para aprovar a informação e publicá-la na internet.

O sistema vai estar incluído no site da ALADI. Por enquanto figura em um endereço provisório, no servidor internet da ALADI, mas é um endereço provisório, por um período de um mês, para que possam ser feitos os controles, sugestões, modificações, as contribuições necessárias para depois deixar um endereço fixo. O problema é que, como não está completo, não estão ingressadas todas as informações. Pela carência que temos, não queremos mostrar algo que nos exponha a críticas, depois do esforço que fizemos.

- A Engenheira Gloria Folle realiza a apresentação em internet do SIT, de acordo com o especificado no Documento ALADI/SEC/di 1558.

Detalhamos agora um conjunto de linhas de ação.

A fim de garantir a perdurabilidade do sistema, sugere-se estabelecer um mecanismo que comprometa os Governos dos países-membros e as câmaras empresariais mais representativas do setor, isto é, que neste sentido, as Representações deverão contribuir com o exame de funcionamento do protótipo do SIT e sugerir as correções ou contribuições que considerem pertinentes, para o qual têm um prazo de trinta dias, que pode revisar-se.

A identificação dos responsáveis ou administradores nacionais, em um prazo de 45 dias.

A identificação das possíveis fontes de informação pública e privada, em 45 dias.

Em quarto lugar, a convocação de reuniões, quando forem solicitadas, com responsáveis nacionais a fim de avaliar o funcionamento do SIT e dos canais de comunicação para sua atualização.

Por outro lado, a Secretaria-Geral criará uma equipe estável para o desenvolvimento do projeto, promoverá convênios com organizações públicas e privadas para o fornecimento de informação atualizada e propiciará acordos com organismos capazes de financiar as atividades requeridas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do SIT. Estará encarregada, também, da validação e publicação dos dados ingressados.

Esta é, basicamente, a apresentação, com o endereço na internet, que, como dissemos, estará disponível pelo período de um mês aproximadamente. Depois ficaria incluído no site da ALADI.

Queremos ressaltar as atividades definidas a curto prazo, por parte das Representações e da Secretaria, porque confiamos em que o êxito deste sistema está estreitamente vinculado com a determinação e segurança das fontes de informação. Estou às ordens dos senhores para qualquer consulta.

PRESIDENTE. Agradeço, em nome do Comitê, à Engenheira Folle. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente.

Estou realmente muito satisfeito por esta exposição. Desejo felicitar a Secretaria por esta apresentação, sobre a qual sempre tivemos muitas idéias e muitas iniciativas para que a ALADI seja um centro de informação muito importante para nossos países.

Creio que todo sistema de infra-estrutura e transporte, como já estivemos impulsando há dois anos através de trabalhos, incorporação em declarações e trabalhos específicos, é muito importante neste momento no processo de integração. Por conseguinte, consideramos que devemos apoiar, de forma categórica, todas as propostas da Secretaria. Creio que vamos cooperar da forma mais intensa com a equipe permanente da Secretaria, a fim de poder cumprir com todas essas linhas de ação que acaba de indicar Gloria Folle.

Em particular, com relação aos requerimentos, desejaríamos manifestar que estamos totalmente de acordo em incorporá-lo como atividade permanente ao Programa de Atividades. Já foi incluído no programa de 2001 e creio que em 2002 também. Devemos destinar-lhe, como atividade permanente, os recursos necessários, a fim de que possam cumprir com o objetivo.

Creemos que no programa de atividades, como no sistema de hardware e software, é importante também incorporar, porque neste caso não está contemplado, o tema de carga de passageiros, funcionamento, talvez não incluindo o tema de passagens de fronteira, mas como funcionam as passagens de fronteira, onde estão os sistemas integrados de fronteira e todo esse tipo de informação, muito útil para todos os países, sobretudo porque muitas vezes são informações muito fáceis de localizar nas capitais, mas no interior de nossos países há muita dificuldade para obter uma informação sistematizada.

Por último, considero que um dos pontos centrais deste projeto, apesar de todo o esforço que façam a Secretaria e os países-membros em Montevideu, é manter atualizada a informação. É um projeto muito importante, sempre que esteja atualizado. Quais serão os pontos principais? Os organismos das capitais dos países ou a Representação?

O ponto central é tratar que este projeto, que é um reflexo do que a ALADI pode fazer como Sistema de Informação, de maneira eficiente, seja atualizado e de uso contínuo, não dos peritos, mas da sociedade civil em geral. Refiro-me a que tenha um acesso e por isso a apresentação de uma forma tão simples e tão fácil de aceder às diferentes informações é também um sucesso muito importante. Eu sou meio neófito no tema de computadores e considero muito simples, através de alguns passos muito simples, chegar às informações.

Em resumo, desejo manifestar que para a Representação da Argentina é um tema muito importante. Daremos todo o apoio possível a este projeto nos requerimentos solicitados pela Secretaria e também vamos realizar nesses 30 ou 60 dias nossos comentários e os que recebamos de nossas autoridades sobre este programa que está agora em um sistema provisório e entraria em vigor em breve.

Por último, desejaria fazer uma proposta de tipo marketing, para mudar um pouco o nome e acrescentar ao SIT um A, que representa o nome da ALADI, ou seja que seria Sistema de Informação de Transporte – ALADI. Algo de marketing no qual poderíamos pôr o nome da Associação como um organismo mais eficiente. Creio que isso elevará o prestígio deste projeto. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Onis. Solicitaram a palavra, as Representações do México, Cuba e Colômbia. Tem a palavra o México.

Representação do MÉXICO (Arturo Juárez Juárez). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, desejo felicitar a Secretaria-Geral por este projeto que consideramos muito importante. Sabemos do esforço e do trabalho feitos para tornar realidade este projeto, que já manifestamos em várias ocasiões. O México dá prioridade a este tema.

Certamente, para nós e para as demais Representações os sistemas de informação da ALADI são um dos principais patrimônios que temos atualmente na Associação. Nesse sentido, reiteramos as congratulações à Secretaria-Geral por este projeto que hoje nos está apresentando.

Em segundo lugar, temos algumas considerações, de tipo específico, com relação ao relatório apresentado. Algumas delas já foram esclarecidas pelo Secretário-Geral na apresentação do relatório, no sentido de que se está incorporando a parte do México e de Cuba em todo o Sistema de Informação, o qual nos parece muito importante, levando em conta que não somente se realizaram diagnósticos sobre transporte da América do Sul, mas também alguns outros que têm a ver com transporte marítimo e aéreo, que incorporam a participação do México e Cuba.

Também queremos manifestar, como fez a Representação da Argentina, a importância da atualização, validação e confiabilidade da informação. Se isto não se cumpre, se não é atendido como corresponde, perde-se todo o sentido e o objetivo deste projeto.

Por último, queremos comentar que vimos com muita atenção as recomendações e as linhas de ação que estão sendo apresentadas e sobre as quais gostaríamos de, quando julgue conveniente o Presidente do Comitê, fazer uma avaliação mais pormenorizada. Estou pensando que talvez o foro adequado para fazer esta análise seria o grupo de trabalho sobre Seguimento de Informação e Cooperação Institucional, coordenado pelo Brasil. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México. Tem a palavra o Representante de Cuba.

Representação de CUBA (Fidel Ortega Pérez). Obrigado, Presidente. Desejo, igualmente, parabenizar a Secretaria e especialmente os técnicos e especialistas que trabalharam na elaboração deste projeto, que puseram todo seu empenho em apresentar-nos um produto para ser considerado pessoalmente por este Representante, muito bem elaborado.

Creio que este projeto nos dá um panorama das características do produto, do processo de elaboração e do que resta por fazer. Estamos muito satisfeitos de que se tenham incorporado em um sistema de transporte Cuba e o México. Já é um sistema que abrange os doze países-membros da Associação, e nesse sentido estamos dispostos a dar todo nosso apoio, e o primeiro apoio seria uma das fraquezas que nos apresenta a Secretaria, que talvez seja um convite, que seria a consolidação do sistema como atividade permanente da Secretaria. Considero que este é um esforço silencioso, mas dos mais importantes, porque estamos dando um instrumento primordial aos atores principais do sistema de comércio regional. Esta Representação considera que merece constituir-se em uma atividade permanente da Associação.

Uma das outras duas fraquezas que apresenta a Secretaria é muito preocupante, que é a segunda, no sentido de que não estão suficientemente garantidas as fontes de informação, nem públicas nem privadas, e todo sistema de informação é útil na medida em que seja permanente e esteja atualizado. Nesse sentido, creio que estamos todos comprometidos em dar uma resposta em 30 ou 45 dias para identificar os responsáveis administradores nacionais, que possam dar seguimento a este tema, que forneçam a informação que requer o sistema para não morrer.

Finalmente, desejaria fazer uma pergunta à Engenheira Gloria Folle. Quando se indicam as fontes de informação, em muitos casos se indica a internet e em outros aparece vazio o campo da informação. Minha pergunta é se nos campos que aparece internet, não se pode, se é uma página, um site nacional, um documento específico, ser um pouco mais específico porque não dá garantia do que se está lendo, não dá garantia de a que se refere. Obrigado.

SECRETARIA-GERAL (Gloria Folle). Na minha apresentação dizia “Ver normas” e ao lado estava o documento. Nos casos em que a fonte é internet, abaixo de “Ver Normas” diz “Mais informação” e detalha-se o site.

No caso do México, as normas não foram extraídas da internet. Somente figurava o endereço de internet onde se encontra o documento. Em outros casos, foi obtida de internet para agilizar a consulta e para permitir a “Busca Avançada”.

No caso da “Busca Avançada” é importante manifestar que somente se pode fazer busca avançada livre dos documentos que estão em nosso servidor. Aí está a diferença porque acontece que em alguns casos tínhamos a informação, o link a internet, mas para atualizar devemos saber o custo de estar duplicando esforços, baixando informações que estão em outro site, mas facilitava, por outro lado, a “Busca Avançada”. Então, devemos pôr na balança para determinar que informações baixamos, já que a fonte é internet, e em quais colocar o link.

É importante indicar as qualidades de sistema que, aproveitando que contamos com o trabalho de uma bibliotecária permanente que nos categoriza e nos coloca por temas os documentos que foram ingressados, permite “Buscar!” filtrando um ou diversos parâmetros, entre eles por palavras chave, em documento em nosso servidor e em documentos que figuram em outros servidores da internet. Não sei se com isto respondi a pergunta.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Representante da Colômbia, Embaixador Sarabia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Presidente, para aderir também às congratulações à Secretaria por este trabalho e parabenizar, em particular, a Engenheira Folle pela muito fluída e clara apresentação desse estudo.

Desejo expressar, porém, uma preocupação relacionada com o desenvolvimento dos temas contidos neste importante documento. Todos conhecemos a origem deste trabalho. Na reunião de Presidentes, realizada no Rio, encomendou-se à ALADI trabalhar neste tema. A ALADI cumpriu seu trabalho, fez um bom esforço e depois de fazê-lo, a Secretaria, como é apenas natural, solicita-nos que mantenhamos esta atividade nos trabalhos permanentes desta Instituição.

E digo que é apenas natural que a Secretaria nos proponha isto porque uma vez feito o investimento, o custo de não continuar atualizando este tipo de estudos, ou de não continuar tratando estes assuntos neste Organismo, é muito elevado. A mesma coisa deve ter acontecido com muitos dos 35 ou 40 temas que maneja a ALADI. Talvez muitos deles tenham sido incorporados da mesma forma. Mas não considero que esta forma de fazer as coisas seja a melhor. Este é um dos perigos que identificamos nesta Associação.

Não se trata de desconhecer a importância do tema que nos ocupa. Nossa Representação, se for necessário, estaria, inclusive, disposta a renunciar a suas outras prioridades, a fim de dar ênfase a este assunto na ALADI. Mas, esse não é o ponto. Preocupa-nos a idéia de continuar nesta linha; isto é, não no sentido de ir assumindo com entusiasmo algumas tarefas que depois terminam tendo sua própria inércia, e nem sempre respondem às prioridades da Associação.

Devemos ser francos. Qualquer um de nós que tenha alguma experiência nestas questões sabe que o que meu colega mexicano chama tecnicamente a atualização, validação e confiabilidade de um estudo tem um custo, e não um custo qualquer. Por isso seria conveniente, antes de tomar decisões, que avaliássemos quanto nos significará este esforço. Manter atualizados os dados do transporte aéreo, por exemplo, não é tarefa simples. Não há nada mais dinâmico, e mais em nossos países que são meio anárquicos, que as mudanças nos itinerários aéreos. Nesta matéria deveria ser contratado este serviço com empresas especializadas no tema e aceder a suas bases de dados. Por conseguinte, a atualização dessa informação não deveria ser feita aqui. E o mesmo deveria fazer-se com os itinerários do transporte marítimo, aspecto no qual o México insistiu muito.

Em síntese, devemos identificar com muita clareza os custos da atualização, validação e confiabilidade deste estudo. Caso contrário, teremos desperdiçado o dinheiro porque, na verdade, o entusiasmo demonstrado hoje pela Engenheira Folle começará, em breve, a perder força, na medida em que comece a tropeçar-se com todo tipo de obstáculos, originados pela falta de apoio a sua futura tarefa.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Sarabia. Tem a palavra o Representante do Brasil, Embaixador Denot.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, queria nada mais que aderir à avaliação muito positiva de todas as Representações desta iniciativa da Secretaria-Geral.

Além disso, manifestar que a Delegação transmitirá as sugestões da Secretaria no sentido de identificar as fontes de informação públicas e privadas no Brasil, que podem ajudar à atualização e validação das informações neste Sistema de Informação sobre Transporte – ALADI e naturalmente manifestar também que estamos de acordo em que isto seja incorporado como uma atividade permanente da Associação, pela simples razão de que me parece que é uma atividade que pode incorporar uma vantagem comparativa evidente para o trabalho da Associação.

Mas, logicamente, tem razão o Embaixador da Colômbia no sentido de que devemos discutir mais profundamente os custos deste investimento. Para isso, naturalmente, teremos a oportunidade de fazê-lo no Grupo de Trabalho sobre Programa das Atividades, quando examinemos o orçamento por programa da Associação para 2002. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Denot. Tem a palavra o Representante da Bolívia, Embaixador Vargas.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacafior). Presidente, não somente responde felicitar a Secretaria-Geral, mas seus consultores e assessores que trabalharam na elaboração deste importante projeto que, naturalmente, desperta nosso maior interesse.

Acompanho, com entusiasmo, a proposta do Coordenador do Grupo de Trabalho que, a partir de amanhã, começará a identificar, definitivamente, as prioridades das atividades para o orçamento 2002, já que este ano, certamente, não será possível avançar nele. Porém, a Secretaria deveria continuar permanentemente apoiando a elaboração, em caráter permanente, deste programa, que é um Sistema de Informação para Transporte, e é esse tipo de projetos que não terminam nunca, porque devem ser permanentemente atualizados e nutridos com informações, às vezes, difíceis de elaborar.

Certamente este sistema, se não tivesse sido elaborado previamente o DITIAS, não teria este grau de avanço, que foi um pouco a fonte de informação dos dados que nos fornece.

Apresentaremos com todos os países uma recomendação especial para que nesse programa que nos solicitam com tão pouco tempo, 30 e 45 dias, possamos dar nossas opiniões, identificar os organismos nacionais que devem assumir o compromisso e a responsabilidade religiosa de fornecer informações para atualizar a página web.

Desejaria referir-me a um tema apresentado, muito oportunamente e com muita razão, pelo Embaixador da Colômbia. A confiabilidade do Sistema de Informação está em função da oportunidade, da atualidade, da vigência das normas, etc., em um campo onde mudam tanto as coisas e os operadores do sistema, e indubitavelmente os usuários devem ter uma informação confiável, mas também me pergunto sobre este outro tema apresentado pelo Embaixador da Colômbia, relativo à sustentabilidade desse sistema, que desejamos que seja perfeito, confiável, atualizado e permanente.

O fato de que seja um sistema de informação da ALADI, elaborado pela Secretaria, não significa, de modo algum, que o programa financeiro, o da sustentabilidade financeira do sistema, seja somente sustentado pelos escassos, certamente extenuados recursos, da Associação, que comprometa as contribuições dos Estados para o financiamento de seu orçamento por programas, mas é um sistema de informação que terá múltiplos e inúmeros usuários, pública e, indubitavelmente, cada vez mais privados, os operadores do sistema, os usuários do sistema e pergunto-me se também nesta oportunidade não deveríamos pedir à Secretaria juntamente com seus assessores, que nos forneçam informação e iniciativas da forma e sistemas possíveis de financiamento deste Sistema de Informação, que poderá também ser fornecido pelos usuários públicos ou privados, porque eles recolherão uma informação que naturalmente é difícil de elaborar e não é gratuita. Naturalmente temos que acostumar-nos a que em um mundo globalizado os serviços públicos se liberalizam e os usuários também deverão pagar seu preço.

Desejaria, Presidente, que na medida em que apoiemos todas as iniciativas que surjam no Grupo de Trabalho, desenvolvendo e incorporando este Sistema no Programa de Atividades deste e dos próximos anos e permanentemente, enquanto haja integração, também forneçam as iniciativas correspondentes para que essa sustentabilidade possa ter fontes que provenham de outros recursos que não sejam somente de organismos internacionais ou outros organismos de cooperação, como o Fundo Pérez Guerrero ou a CEPAL, senão de atividades de empresas que possam fornecer informação e que, indubitavelmente, cada vez mais, adquirem maior importância nos países. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Vargas. Tem a palavra o Representante do Equador, Embaixador Faidutti.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Obrigado, Senhor Presidente. Indiscutivelmente, esta é uma contribuição muito valiosa para todos os cidadãos que fazem parte dos países que integram a ALADI.

Estou de acordo com as sugestões apresentadas e as preocupações manifestadas, como a do Embaixador da Colômbia, do Embaixador da Bolívia, mas desejo fazer uma pergunta ao Senhor Secretário-Geral. Este trabalho tão valioso, porque o considero realmente importante, como vai ser difundido para que esses cidadãos, que pertencem aos países da ALADI, realmente o utilizem, saibam que existe e como vão utilizá-lo? Essa é minha preocupação, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Faidutti. Não sei se o Secretário-Geral deseja fazer uso da palavra. Obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Vou referir-me a duas preocupações manifestadas sobre este tema, referentes à parte financeira, econômica, à parte de custos. Há dois anos vi uma igreja, aqui em Montevideu, que tem uma placa, uma igreja católica; a placa diz mais ou menos isto: esta igreja foi restaurada e é mantida graças à contribuição permanente do ING Bank. A mensagem é muito clara, no sentido de que devem buscar-se patrocinadores para continuar nessa linha.

Evidentemente, este é um sistema ideado fundamentalmente para os usuários privados do transporte, para operadores privados. E estou entrando, em parte, na pergunta do Embaixador Faidutti. Nossa idéia é que, uma vez finalizado o período de trinta dias, este sistema será apresentado, em primeiro lugar, aos setores de transporte, às câmaras operadoras do transporte. A idéia é que este sistema seja incorporado no site web da ALADI, e estamos preparando um material de difusão desse site web, onde evidentemente um tema novo será o Sistema de Transporte.

Creio que há uma combinação de fatores, na medida em que este projeto seja divulgado. Além de captar usuários, que muito nos interessa, vamos captar usuários que sejam proclives, que possamos contar com eles para todas as tarefas, como bem manifestava o Embaixador da Colômbia e que apoiava o Embaixador da Bolívia. Compartilho plenamente dessa preocupação, no sentido de manter esta base de dados. E nesta primeira etapa, nossa idéia é mantê-la, sob as regras normais que manejam os Sistemas de Informação, mas na medida em que este Sistema de Informação se desenvolva, nessa mesma medida deverá ser desenvolvido, também, um esquema de terceirização para alimentar o sistema.

Nós pensamos, em uma primeira etapa, solicitar a cooperação técnica da Corporação Andina de Fomento, para que nos ajude a incrementar o capital semente, se pensamos como uma empresa, e a partir daí começar a tarefa para que, efetivamente este sistema contribua a manter o mesmo, que não seja mantido somente pelos países-membros, senão através de uma participação direta dos setores privados.

Sempre tenho presente o exemplo da igreja de Punta Carretas, especificamente, que está frente ao shopping, que agora aumentou o número de patrocinadores para a

manutenção e ampliação de seu edifício. Portanto, creio que a idéia, em síntese, é elaborar uma primeira apresentação, ver a reação das Representações, conhecer o grau de compromisso que vamos assumir, que devem assumir os Governos, logicamente. Na Secretaria já o assumimos, e sair na busca destes recursos, como capital inicial. Se a CAF não pode ajudar-nos, deveremos buscar outros contribuintes e, simultaneamente, começar a avançar com os setores privados, que possam contribuir para financiar e poder manter este sistema.

Comentava com o Presidente do Comitê, com o Secretário-Geral Adjunto e com o Consultor Maldonado que este é um sistema para os setores privados de cada país. Essa é a grande contribuição que vamos fazer e, em função disso, logicamente, corre paralela essa política de difusão que é necessário desenvolver, não somente para isto, mas para as outras atividades da Associação, dentro de seu programa de ação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Antes de dar a palavra à Representação do Uruguai, com relação ao exemplo do Secretário-Geral sobre os patrocinadores e, em particular, quanto ao caso concreto da igreja de Punta Carretas, também é notório que nesse caso o patrocinado tem poder de convocação bastante importante.

SECRETÁRIO-GERAL. Também levamos em conta isso, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante do Uruguai, Ministro Muínelo.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Presidente. Aderimos ao apoio e reconhecimento à Secretaria-Geral e aos consultores pela apresentação deste trabalho, que é muito importante.

Devemos comprometer-nos, de alguma maneira, Senhor Presidente, a transmitir a nossas autoridades competentes e àqueles organismos do setor privado o lançamento, embora seja como prova durante estes trinta dias, e buscar o apoio necessário. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Ministro Muínelo. Tem a palavra o Representante do Brasil, Embaixador Denot.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Presidente, muito obrigado.

Peço desculpas por fazer uso da palavra novamente. Depois da última intervenção do Secretário-Geral sobre o tema do financiamento, e enquanto à intenção, considero evidente e adequado que os verdadeiros usuários deste Sistema de Informação, sendo os privados, é essencial que, em algum momento, possa haver uma versão em português deste Sistema de Informação porque, evidentemente, para que possa ser divulgado adequadamente em meu país e para que possa atrair o interesse, inclusive de empresários ou entidades privadas para participar do financiamento, seria essencial que estivesse em português. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Denot. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Nessa linha de ação, assim como já está o site web na versão em português, já dei instruções para que seja elaborada a versão em português do sistema.

PRESIDENTE. Agradecemos à Secretaria e em particular àqueles que realizaram este trabalho, o esforço. As Representações ficam encarregadas de fazer os contatos necessários com seus Governos.

8. Assuntos diversos.

PRESIDENTE. Temos ainda dois assuntos pendentes para consideração do Comitê de Representantes. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Senhor Presidente, desejo fazer um comentário. Não sei se em outros assuntos trataríamos a data que ia propor a Secretaria para a reunião do Conselho de Ministros, que tínhamos acordado em reunião de Chefes de ontem, de que hoje vamos tratar de analisar duas propostas que ia fazer a Secretaria para o mês de fevereiro. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Estou à disposição dos Senhores Representantes. É uma e meia da tarde e temos dois temas em assuntos diversos para serem tratados.

Não tenho nenhum problema em adiar esses outros dois assuntos e pergunto somente se o tema da data seria considerado no Comitê ou passaríamos a uma reunião informal de Chefes de Representação. O Embaixador Sarabia está solicitando a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Sim, havia um assunto pendente da última reunião, e é a aprovação dos termos de referência do seminário sobre Promoção de Exportações. Estes termos foram já revisados pelo grupo de trabalho que dirijo. Se não há observações, poderíamos aprová-los hoje, bem como a data de sua realização, que foi adiada para os dias 29 e 30 de outubro, a fim de garantir maior participação.

PRESIDENTE. Consideraríamos aprovados os termos de referência do “Seminário-Oficina entre os Responsáveis pela Promoção de Exportações dos Países-Membros”, com o esclarecimento de sua nova data. Isso fica acordado.

Haveria alguma dificuldade em deixar o outro relatório para a próxima reunião? Por conseguinte, não havendo dificuldades encerra-se a reunião do Comitê de Representantes e passamos à reunião de Chefes de Representação.